

Mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana em tempos de emergências climáticas: experiências de resistência e reconstrução dos territórios

Karla Emmanuela R. Hora – UFG (Goiás)

Laeticia Jalil – UFRPE (Pernambuco)

Rodica Weitzman – CPDA/UFRRJ (Rio de Janeiro)

Resumo: Este GT tem por objetivo compreender como as mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana desenvolvem experiências de resistência e reconstrução dos territórios em tempos de emergências climáticas, de novas ruralidades e da reconfiguração das políticas públicas e das relações com o Estado num período de retomada parcial da democracia. No diálogo entre os estudos feministas com os do mundo rural, propomos três eixos de reflexão: (1) análise das ameaças e resistências vivenciadas; (2) compreensão das formas de cuidados e alternativas; (3) retomada de políticas públicas pós 2023 e os reflexos “pós-pandemia”. Acoradas em novos paradigmas, como a economia feminista e a agroecologia, valorizam-se saberes, conhecimentos, e transformam-se as práticas sociais. Nesse fazer-refletir-agir interseccional (Hill Collins, 2015), partindo de vários campos do conhecimento, pretendemos promover reflexões críticas sobre as formas complexas de luta pela terra e território e as vivências das mulheres.

Introdução (justificativa, relevância)

Em 2024 o planeta registrou 1,55°C acima da temperatura média medida para o período pré-industrial (WMO, 2025), a primeira vez em que a temperatura limite no Acordo de Paris – de 1,5° C - foi ultrapassada. Tal dado, nos coloca num contexto crítico para ações de mitigação e de adaptação das mudanças climáticas abrindo cenários futuros desoladores e incertos para as populações, principalmente para os grupos vulnerabilizados. A recorrência dos eventos extremos já não é uma novidade: inundações, estiagens prolongadas e incêndios agravados pela ação humana tem comprometido diferentes localidades. De forma paralela, doenças (re)emergentes também abalam os territórios, impactando a sociedade de maneira abrupta e inesperada.

A riqueza segue cada vez mais concentrada (Oxfam, 2024) enquanto os custos ambientais e sociais da crise cada vez mais divididos. Os territórios já afetados historicamente por práticas violentas de destruição promovidas pelo agronegócio e pelo neoextrativismo agrário (Goez; Hora e Sauer, 2023), vivenciam novas formas de exploração e dominação, intensificando-

se o racismo ambiental (Pacheco e Faustino, 2013) e novas formas de controle sobre o corpo e a vida das mulheres.

Sob as pressões do neodesenvolvimentismo (Porto, 2018) o capitalismo impõe um modelo de desenvolvimento que abre espaço para uma transição energética ancorada no “capitalismo verde, ou energia limpa”, na maior concentração da terra e do capital, e aprofundam-se as formas de violência sobre os povos e o território com ataques à vida (veneno, queimadas, desmatamento, massacres e assassinatos) e à diversidade cultural. Tudo isso impacta a vida das mulheres nos territórios.

Como forma de resistência, o trabalho realizado pelas mulheres, a partir da produção de alimentos, de suas práticas de cuidados com a vida humana e da natureza, e de resiliência promovem o fortalecimento do tecido social e, a partir de sua ação realizam enfrentamentos cotidianos contra as formas de opressão e exploração sistêmicas criadas na junção sutil do sistema patriarcal, do racismo e o capitalismo causando efeitos sobre os corpos, alma e os territórios.

Objetivos

Para dar vida a essa proposta, este GT tem por objetivo compreender como as mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana (AU) desenvolvem experiências de resistência e reconstrução dos territórios em tempos de emergências climáticas, destacando estudos e pesquisas sobre mulheres que abranjam uma das três dimensões sobre os territórios: (1) análise das ameaças e resistências vivenciadas; (2) compreensão das formas de cuidados e alternativas; (3) retomada de políticas públicas pós 2023 e os reflexos “pós-pandemia”.

Dimensões analíticas

Os estudos feministas já nos trazem aportes teóricos e categorias chaves (divisão sexual do trabalho, relação de poder, violência, interseccionalidade, corpo-território, identidade e orientação sexual etc.) que contribuem para uma leitura substancial das ruralidades e suas transformações em tempos de emergências climáticas. Para além disso, o feminismo também

aponta a importância de uma visão interseccional (hooks, 2000) baseada em: raça/etnia, classe, geração, deficiência, orientação sexual e outros que contribui para perceber tanto as singularidades quanto as complexidades vivenciadas, enfrentadas e propostas por estas mulheres no contexto das ruralidades.

(1) Para **compreender as ameaças socioambientais**, pretendemos dialogar com estudos que analisam as novas complexidades de luta pela terra, a exemplo da ameaça dos parques eólicos e solares no Nordeste, a luta pela água no Cerrado e Semiárido, a pressão madeireira e florestal sobre os territórios Amazônicos e do Sudeste, a luta contra os agrotóxicos e a pulverização aérea e as novas formas de cercamento do campo pelo agronegócio e as formas de capitalização das terras, via financeirização e estrangeirização da agricultura. Tais processos impactam a vida das mulheres, vistos nos casos de aumento de violência doméstica, na ausência ou escassez de recursos produtivos sobrecarregando o trabalho de cuidados, com a busca de água ou lenha ou insumos em fontes distantes, bloqueio às práticas extrativistas em seus territórios (como o não acesso aos babaçuais, as águas, às fibras vegetais e outros). Essas ameaças geram novas formas de expulsões (Sassen, 2016) reforçam padrões segregadores de gênero e raça, imputam uma nova sobrecarga de trabalho e precarização na vida das mulheres. Sem casa adequada, ou acesso a infraestruturas (moradia, saneamento, equipamentos médicos e sociais) elas se veem fadigadas, cansadas, estressadas e levadas a se inserirem numa rotina perversa de uso de remédios hormonais ou neuropsicológicos com o adoecimento mental e emocional (Costa,2014), revelando uma nova roupagem mortal da luta pela terra e território.

(2) Para **identificar as novas formas de cuidados e alternativas**. As mulheres constroem suas estratégias de luta para defender outro modelo de desenvolvimento não apenas através das táticas de “enfrentamento” direto, mas também através de “formas cotidianas de resistência” (Scott, 1985) no meio de conflitos socioambientais intensos e agudos que se configuram enquanto conflitos de valores, cosmovisões, racionalidades e modos de vida. (Zhourj; Oliveira, 2007). Assim, daremos destaque para as experiências com um olhar atento para as formas de expropriação do trabalho e dos seus corpos, da natureza e “dos comuns” por um lado; e por outro lado, para sua capacidade de ação política, que envolve a reinvenção de novos modos de defender seus territórios, a partir da auto-organização e ação coletiva, com base nas suas

redes de interdependência e apoio mútuo. No solo dos territórios, testemunhamos um “giro ecoterritorial”, (Svampa, 2021), o que significa uma reconfiguração das pautas, reivindicações e estratégias de organização sociopolítica a partir da ligação estreita entre “corpo-território” e da aposta coletiva na força do “trabalho de cuidados” para a sustentabilidade da vida (Carrasco, 2006, 2017), que também se materializa nas relações de solidariedade, reciprocidade. Também podemos olhar e refletir sobre essas práticas a partir dos conceitos de interdependência e codependência (Herrero, 2023), que nos permite, alargar os olhares e compreensões para as relações que as mulheres estabelecem com a natureza de forma mais ampla.

As mulheres que moram e atuam nos diferentes territórios falam sobre as marcas que atravessam suas terras e seus corpos e nos importa, como pesquisadores/as e ativistas, ouvir essas vozes a partir de outras linguagens e formas de expressão. Assim, cabe refletir sobre os modos pelos quais as inventividades do cotidiano feminino, que tem como “lugares de origem” as cozinhas, casas e quintais, relacionam-se ao cuidado das pessoas, dos corpos e, ao mesmo tempo, dos campos, das águas e das matas, se tornando ferramentas potentes para a proteção dos territórios.

São gestos e atos embasados na sabedoria ancestral, “modos de cuidar, nas identidades coletivas – sejam “guardiãs de sementes”, “razeiras”, benzedeiras, etc. São práticas protagonizadas pelas mulheres que podem ser percebidas como formas contra-hegemônicas de construir a “inteligência” e a “sabedoria”, envolvendo as habilidades de “ler os sinais” das mudanças ambientais a partir dos afetos, nas relações costuradas com “os/as outros/as”, de modo que confrontam o ideário convencional da racionalidade científica, em consonância com a crítica feita por Stengers (2015; 2018). Dentre desse contexto, também são bem-vindos, estudos que buscam conhecer as alternativas propostas pelas sexualidades transgressoras no meio rural. Que espaços eles/elas estão construindo nesse processo?

(3) Por fim, para **analisar o processo de retomada de políticas públicas pós 2023 bem como seus reflexos pós-pandemia** queremos refletir e problematizar como os novos desenhos ou arranjos de políticas públicas para mulheres e suas formas de escuta, seja a partir do diálogo com a Marcha das Margaridas, ou através da (re)construção de órgãos estratégicos como o

Ministério das Mulheres, de Igualdade Racial, o Ministério do desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar – MDA (que foram extintos durante o governo de Bolsonaro 2018-2022) e dos Povos Indígenas. Como se tem conseguido avançar e dar respostas efetivas às questões trazidas pelo movimento de mulheres? A agenda que se constrói assenta-se na estruturação e consolidação dos quintais produtivos, numa ATER inclusiva e qualificada para mulheres e juventudes, educação do campo, ao sistema de saúde, fomento e apoio a auto organização das mulheres. Ainda assim, temas chaves como infraestrutura e crédito, acesso à terra e território, fomento, acesso à documentação seguem desafiando a lógica dos agentes do estado. Destaca-se também a disputa política sobre recursos e orçamentários e pelo modelo de desenvolvimento que se materializa na pauta do legislativo e na narrativa em defesa do agronegócio, a partir de sua bancada (a bancada ruralista) que, a partir do golpe de 2016 ganhou força e se reestruturou, em aliança com a bancada da bíblia e da bala (Boi-Bíblia-Bala), formando um grande bloco hegemônico de direita. Esse arranjo político, profundamente conservador e retrógrado, impede efetivamente avanços institucionais, sobretudo no que se refere aos direitos para as populações mais vulnerabilizadas como as mulheres, juventudes, população LGBTQI+, Povos e comunidades tradicionais. Mesmo com a retomada de alguns ministérios, o desmonte de políticas públicas vivenciado entre os anos 2016- 2022, sobretudo para o meio rural e a agricultura familiar e camponesa, o ataque aos direitos das mulheres e população LGBTQI+ , destruição do acesso à direitos sociais básicos (como saúde e educação), seguem sendo imensuráveis.

A precarização da ATER, o corte de recurso para crédito e fomento, quase extinção do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA e Programa Nacional de alimentação escolar -PNAE (ambos estratégicos para o fortalecimento da produção agroecológica e do combate a Fome a insegurança alimentar), a redução de apoio para a construção de cisternas e as tecnologias de acesso a água (como a P1MC e P1+2), a redução das ações de assentamento e reforma agrária, flexibilização das leis ambientais e aumento da violência do campo (com a abertura da boiada), são alguns exemplos do projeto implementado durante esse período. Junta-se a esse processo a Pandemia de Covid 19 que assolou o mundo e aprofundou mais ainda as desigualdades e violências, desde a total negação pelo Governo Federal sobre os protocolos de cuidado e a vacinação, o que levou a morte de milhares de pessoas no Brasil, ao aumento da pobreza, fome

e da violência doméstica. Assim, queremos conhecer quais as estratégias usadas pelas mulheres, movimentos sociais e redes para o enfrentamento à estas questões, mas sobretudo, como atualmente, temos conseguido avançar em novos modelos de Políticas públicas, projetos e programas que dialoguem com essa realidade e apontem novos caminhos, sobretudo no que se refere as inovações metodológicas. Aqui destacamos o uso das cadernetas agroecológicas, a formação continuada para a assessoria técnica com enfoque em gênero, ao fomento ligado aos quintais produtivos, a produção agroecológica de alimentos e as práticas de cuidados. Tem respondido? Não tem? Em parte, sim, em parte, não? Porque? Quais os limites?

Referências (Não está na descrição do escopo no edital)

CARRASCO, Cristina. La economía feminista. Un recorrido através del concepto de reproducción. *Revista Vasca de Economía*, número 91: 1, pp. 50-75, 2017

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In.: VARA, María Jesús, *Escritos sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *Revista El Cotidiano*, 29, 184, mar.- abr. 2014.

GOEZ, A. H. ; HORA, K. E. R. ; SAUER, S. . Extractivismo agrario y mercantilización de la naturaleza: Perspectivas analíticas. *Otra Economía*. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, v. 16, p. 13-32, 2023.

GOMES da COSTA, Magda; Dimenstein, Magda; LEITE, Jader. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Revista Estudos de Psicologia*. Abril a junho de 2014. p. 89-15.

HERRERO, Yayo; GAGO Verônica. *Ecofeminismos: la sostenibilidad de la vida*. Icaria, 2023.

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: classe, raça e gênero como categorias de análise e conexão”. In: MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

hooks, Bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. London: Pluto Press. 2000

OXFAM. Desigualdade S.A. Coordenação: Anjela Taneja. Oxfam Internacional, 2024. DOI: 10.12201/2024.000007

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps.

Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da. ¿Desarrollo para qué y para quién? La experiencia del Mapa de Conflictos Relacionados con la Injusticia Ambiental y la Salud en Brasil. Commons. *Revista de comunicación y ciudadanía digital*, v. 7, p. 193-221, 2018.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: daily forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, n. 2, vol. 20, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, RIEB*, 69: 442-464, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STRATHERN, Marilyn. 1991. *Partial connections*. Lanham, AltaMira Press, 1991.

SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales em América Latina. In: Documentos de trabalho 59: Feminismos ecoterritoriales em América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. Fundación Carolina, 2021. <https://doi.org/10.33960/issn-e.1885-9119.DT59>

WMO. WMO confirms 2024 as warmest year record at about 1.55°C above pre-industrial level. Press release, 10 janeiro de 2025. Disponível em: <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level> acesso em 19jan2025.

ZHOURI; OLIVEIRA. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: O caso das Usinas Hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2. Pp. 119-135. jul - dez. 2007.

II. Minibiografia (Não está na descrição do escopo no edital)

Karla Emmanuela Ribeiro Hora é mulher, parda, mãe da Duda e da Ana. Formada em Arquitetura e Urbanismo (PUC-GO), com mestrado em Geografia (IESA/UFG) e doutorado em Meio Ambiente

e Desenvolvimento Rural (MADE/UFPR). É professora na Universidade Federal de Goiás. Participa dos Programa de Pós-Graduação (PPG) em Ciências Ambientais e do PPG Projeto e Cidade. Suas pesquisas centram-se nas práticas de enfrentamento às ameaças socioambientais nos territórios rurais e construção de tecnologias sociais com foco em gênero. Recentemente, tem estudado cidades, mulheres e meio ambiente com foco na agricultura urbana. CV: <http://lattes.cnpq.br/6451685640638572>

Laeticia Jalil é mulher CIS, mãe de Inácio, socióloga. Professora Associada de Sociologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, com ênfase em Sociologia Rural, Estudos de Gênero, Feminismos, Agroecologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e convivência com o Semiárido. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE/UNIVASF). Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS/UFRPE). Coordenadora do Núcleo de pesquisa e extensão JUREMA: Agroecologia, Feminismos e Ruralidades vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DECISO/UFRPE). Coordenadora do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - GT Mulheres da ANA. Participa da Aliança de Mulheres e Agroecologia (AMA-AWA) da América Latina e pesquisadora do Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE). CV: <http://lattes.cnpq.br/3792267648624578>

Rodica Weitzman é doutora em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado pelo IPPUR/UFRJ. Desde agosto de 2020, realiza um segundo estágio de pós-doutorado no CPDA/UFRRJ. É pesquisadora afiliada ao NuAP – Núcleo de Antropologia da Política e ao Núcleo “Gênero e Ruralidades” do CPDA/UFRRJ, além de ser integrante do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, do GT de Mulheres da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia e da Aliança de Mulheres em Agroecologia no âmbito da América Latina (AMA-AWA). CV: <http://lattes.cnpq.br/1583484869418834>